



Movimentos sociais contemporâneos

Ana Flávia P. L. Bádue – 1º sem/2013

Os movimentos sociais compõem um tema de estudos que se tornou clássico nas Ciências Sociais, seja na Sociologia, na Ciência Política ou na Antropologia, tanto no Brasil quanto na Europa e nos Estados Unidos. O objetivo deste *paper* é apresentar uma entre tantas leituras possíveis, focalizando a temática da forma de organização das mobilizações sociais contemporâneas. Contudo, antes é preciso refletir sobre a explosão de teorias existentes sobre movimentos sociais, pois veremos que há uma profunda relação entre as teorias e as formas de organização coletiva.

A miríade de perspectivas analíticas é correlata da própria dinâmica social pela qual passaram os chamados movimentos sociais, sobretudo nos anos 1990. Como afirma Angela Alonso (2009), os teóricos que se voltavam para o assunto precisaram rever suas interpretações quando depararam-se com novas pautas e novas formas de organizar as lutas que apareciam naquele momento. Ou seja, a explosão de perspectivas sobre o assunto acompanha (mais do que resulta) a fragmentação das formas de atuação contemporâneas, e a ausência de contornos claros na esfera da produção acadêmica corresponde ao descentramento e à reconfiguração das próprias mobilizações sociais.

Do lado dos movimentos sociais, muitas coletividades contemporâneas se definem pela fluidez da organização e pelo esmaecimento de contornos e limites do movimento. A “rede” tornou-se a forma mais utilizada para a articulação de temas, conceitos, pessoas e grupos, como uma tentativa de reconstituir uma totalidade que teria se perdido com os herdeiros das mobilizações de 1960¹.

Já no campo analítico, a transformação das mobilizações reverberou, por um lado, na crítica da própria expressão “movimento social” (TOURAINÉ, 2006), e por outro na multiplicação de vias teórico-metodológicas de acesso a esse mundo “pós-social”. Ângela Alonso (2009) contrapõe as teorias contemporâneas às *três* abordagens que dominaram o

¹ A partir de uma pesquisa com militantes do movimento francês de decrescimento, pude constatar que um dos argumentos utilizados pelos defensores de mobilizações em rede é que nos anos 1960 e 1970, a ênfase na mudança do estilo de vida não levou imediatamente à mobilização coletiva. Ao contrário, argumentam os militantes: ao invés do engajamento social, muitas pessoas acabaram mudando de estilo de vida mas sem considerar a relação dessa mudança com problemas sociais.



debate acadêmico até os anos 1980, e isso nos faz perceber que houve um momento em que era possível identificar as correntes de análise com clareza. Já nos anos 1990, as correntes de multiplicaram, e embora ainda existam alguns campos mais coesos, fazer um apanhado das abordagens contemporâneas sobre movimentos sociais é uma tarefa que não pode, por princípio, esgotar o tema, não apenas porque as perspectivas são numerosas, mas porque o próprio “objeto” de estudos deixou de ter limites bem definidos sobre os quais se lançam os olhares de especialistas.

Dessa maneira, este trabalho faz um recorte que segue a seguinte sequência. Parte-se justamente da literatura contemporânea que aponta discontinuidades entre os “novos movimentos sociais” e os movimentos que poderíamos identificar como pós-sociais, com a finalidade de familiarizar a/o leitor/a com as novas formas “em rede” de atuação socio-política. Na segunda seção serão indicados ainda alguns caminhos de estudo de movimentos sociais contemporâneos no Brasil, para fazer um contraponto com a literatura sobre mobilizações na Europa e, mais precisamente, com a literatura que discute os movimentos contemporâneos em rede.

Em seguida, serão apresentadas duas propostas de compreensão dos movimentos em rede que tomam como ponto de partida a falência da noção de movimento social como grupo bem estabelecido de pessoas com objetivos comuns e identidade compartilhada que luta com repertórios compartilhados visando fins específicos. A primeira é a sociologia do engajamento militante, que como veremos, é uma proposta de acompanhar aqueles que constroem as novas relações que, por sua vez, constituem as mobilizações sociais. A segunda é a abordagem das redes.

1. Redes descentradas

Segundo Charles Tilly (2004), sociólogo renomado no campo dos movimentos sociais, em 1968 emergiram manifestações nos países de capitalismo avançado que marcaram uma transição na forma de se fazer política. Foi nesse momento que movimentos sociais que lutavam pelo poder dos trabalhadores e de outras categorias exploradas passaram a ser vistos como “velhos”, em oposição aos “novos” movimentos sociais, os quais orientavam-se para a autonomia, “*self-expression*”, e crítica da sociedade pós-industrial e com reivindicações “pós-materiais” (sexualidade, paz, auto-organização, etc). É comum que sejam identificadas três



correntes de análise que nasceram juntamente com essas novas mobilizações. A primeira é a teoria da mobilização de recursos (TMR), que analisa os movimentos sociais como agrupamentos que visam atingir objetivos. Logo, mais importante do que analisar os objetivos propriamente ditos, esta abordagem foca nas formas como os grupos disputam os recursos para capitalizar seus interesses. Segundo Gohn (1997), a perspectiva na Mobilização de Recursos é uma forma de responder à transformação dos movimentos sociais nos anos 1960, que emergem não mais em um contexto de privações sociais, mas em um contexto de riqueza e crescimento econômico nos países de capitalismo avançado. Diante desse contexto sócio-econômico, as antigas reivindicações motivadas por privações deixam de figurar e é preciso realizar uma análise que dê conta das novas demandas pós-materiais. A maneira que a TMR encontrou de responder a essa transformação social foi deslocar a atenção do conjunto de ideias e reivindicações para a forma como os movimentos entram no campo político, cada qual com sua reivindicação e como disputam recursos diversos (humanos, materiais, financeiros).

Essa teoria foi muito criticada e teve pouca recepção na Europa e na América Latina, ficando restrita aos Estados Unidos. A teoria do processo político (TPP) foi uma maneira de responder à TMR e recuperar a dimensão histórica dos movimentos sociais. Autores como Charles Tilly e Sidney Tarrow encabeçaram análises que articulam a emergência dos movimentos a estruturas de oportunidade. De um lado, existiriam as reivindicações, a organização coletiva, a mobilização e, de outro, há o contexto histórico e as condições de possibilidade da explosão das mobilizações.

Um conceito muito importante formulado por Charles Tilly é o de *repertório*, que acaba sendo revisitado nas teorias contemporâneas, como será visto adiante. Repertório seria o conjunto de ações políticas disponíveis para determinada sociedade em determinado momento histórico. Como afirma Angela Alonso,

[Repertório é] o pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período histórico. O conceito ressaltava a temporalidade lenta das estruturas culturais, mas dava espaço aos agentes, pois que a lógica volátil das conjunturas políticas os obrigaria a escolhas contínuas, conforme oportunidades e ameaças cambiantes – em contextos democráticos, passeatas são mais seguras que guerrilhas; em contextos repressivos, pode bem ser o contrário.

(ALONSO, 2012, p. 22)



Por fim, Alain Tourraine é o principal expoente da teoria dos novos movimentos sociais (NMS), que percebe o componente cultural nas mobilizações que florescem nos anos 1960 e argumenta que isso é fruto da transformação da sociedade. O conflito social deixou de operar na esfera do trabalho e passou para a esfera da cultura – daí a explicação do termo “pós-material”. Com a mudança das reivindicações (feministas, ecologistas, étnicas, etc), houve também transformações nas formas de organização coletiva (BÁDUE, 2012).

Em meados dos anos 1990, entraram em cena novas mobilizações sociais que acabaram sendo identificadas como pertencentes a um movimento maior, primeiramente intitulado movimento anti-globalização e posteriormente altermundialista. De acordo com pesquisadoras desses movimentos contemporâneos, os primeiros anos da década de 1990 foram marcados pela resistência ou recusa da ordem social vigente, mais precisamente, pelo enfrentamento da ideologia dominante de que não havia outra possibilidade de existência social, econômica e cultural que não o neoliberalismo (cf. DI GIOVANNI, 2008). Em pouco tempo, as mobilizações se reorientaram para produzir alternativas, como se o embate de formas de existência pudesse gerar rupturas e transformações sociais. Essa reorientação fez com que os movimentos passassem a ser nomeados como “altermundialistas”, um neologismo que vinha do slogan “Um outro mundo é possível”, bradado nos Fóruns Sociais Mundiais desde 2001.

Pode-se afirmar, portanto, que a reorientação das mobilizações sociais no final do século XX se deu em duas frentes, a da crítica e a da produção de alternativas, e ainda hoje não há consenso sobre qual a relação entre ambas. Do ponto de vista das análises das ciências sociais, há quem analise as críticas como mais o ponto forte da reconfiguração dos movimentos sociais (RIBEIRO, 2011) mas há quem acentue o caráter “produtor” dos Fóruns Sociais na medida em que reorientaram e resinificaram a militância e a mobilização social (LATOUCHE, 2002).

Essas questões se mantêm ainda hoje entre analistas e militantes que ocuparam as praças na Europa Ocidental em março de 2011 e nos Estados Unidos em face da crise econômica que assolou os países de capitalismo avançado. Um militante publicou um texto manifestando seu descontentamento com a pouca crítica do movimento que tomou a Praça Puerto del Sol em Madri em 2011 (“Des voix critiques s’élèvent en Espagne sur le Mouvement Démocracia Ya Real”, 2011):



O que nós fazemos? Que fizemos para aproveitar essa força enorme, essa imensa raiva rebelde de dezenas de milhares de pessoas dispostas a ir à praça e a desafiar ilegalismos e ultimatos? Nós ensaiamos a ocupação do Banco da Espanha que fica a 3 minutos a pé da praça, ou a sede da Telefonica a duas ruas de distância ou mesmo ir em massa gritar em frente ao Palacio de la Moncloa (principal sede do Estado espanhol)?

Não. Nós criamos mil e uma comissões e subcomissões. Ateliês artísticos, shows, carinhos gratuitos e conselhos para viver bem consigo mesmo. Hoje, 24 de maio [de 2011], eu vou na Internet ver quais os horários de assembleia e quais as comissões do dia e eu não encontro nada disso. No lugar, encontro horários de performances das mulheres grávidas, das reuniões de *clowns* e dos ateliês de fornos solares.

(tradução livre)

Já os renomados intelectuais Michael Hardt e Antonio Negridizem o contrário sobre as ocupações estadunidenses que tiveram início em Wall Street em 2011 e que, por sua vez, teriam herdado sua força das ocupações europeias e ainda daquelas que ocorreram no Oriente Médio em 2010²:

Se juntos esses diferentes acampamentos de protesto – do Cairo e Tel Aviv a Atenas, Madison, Madri e agora Nova York – expressam a insatisfação com as estruturas de representação política existente, então o que propõem como alternativas? O que é essa “democracia real” proposta? As principais respostas vêm da organização interna dos próprios movimentos – especialmente da maneira que os acampamentos experimentam novas práticas de democracia. Esses movimentos se desenvolveram de acordo com aquilo que chamamos de uma *forma de multidão* [*“multitude form”*] e se caracterizam por assembleias frequentes e de estruturas de tomada de decisão participativas. E vale a pena reconhecer que o *Occupy Wall Street* e muitas outras demonstrações desse tipo também têm raízes nos movimentos de protesto anti-globalização que se desenrolaram entre Seattle, em 1999 e Gênova, em 2001.

(HARDT; NEGRI, 2011)

É importante lembrar que, além da ênfase na construção de alternativas e de formas de existência que colocam em prática o outro mundo que se quer, as mobilizações contemporâneas nos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos aderem a formas de organização descentralizadas, rizomáticas, cujas relações entre pequenos coletivos são mais importantes do que o estabelecimento de um corpo coeso e bem definido de militantes que

²Uma série de textos publicados na ocasião dos acampamentos nos Estados Unidos foi traduzida e publicada juntamente com outros artigos produzidos por intelectuais brasileiros. Para maiores informações, cf. (HARVEY; ZIZEK; ALI, 2012).



partilham reivindicações³. No Brasil, essa forma de organização social que prioriza as relações, que enfatiza o descentramento como estratégia de expandir as transformações sociais e que abre mão das críticas para propor novas formas de existência localiza-se entre as classes médias das grandes cidades e a relação com movimentos sociais das classes baixas é frágil, quando não inexistente.

Embora esses movimentos também sejam majoritariamente de classe média na Europa, como defende Santiane Ribeiro (2011), vale notar que no Brasil, a diferença é que essa forma de mobilização não predomina e ainda concorre de certa forma com outros movimentos que são considerados tradicionais do ponto de vista das estratégias de ação.

2. Movimentos sociais no Brasil

Os caminhos mais consolidados de estudos sobre movimentos sociais no Brasil são aqueles que se voltam para a organização de detores marginalizados, pauperizados ou excluídos da sociedade. Por vias de acesso distintas, é comum que as correntes de análise dialoguem com a questão da cidadania, ou como as lutas são vias de acesso a direitos que são negados a parcelas significativas da população brasileira. Pesquisas produzidas por especialistas em movimentos sociais da Universidade Estadual de Campinas tomam como ponto de partida exatamente a temática dos direitos e da cidadania para, em seguida, buscar a lógica de funcionamento e os repertórios de ação dos movimentos com a finalidade de verificar como se constrói a força da luta por tais direitos (TATAGIBA; PATERNIANI; TRINDADE, 2012).

Há ainda um segundo caminho bastante desenvolvido no Brasil, qual seja, o da relação entre sociedade civil organizada e participação nos mecanismos de controle social, ou no Estado. Nestes casos, a preocupação maior não são tanto os movimentos sociais em si mesmos, mas a problematização da democracia e da representação política – de modo que estudos nessa linha são majoritariamente produzidos pela ciência política brasileira (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006; LÜCHMANN, 2008).

A distância dessas abordagens e desses temas com relação aos movimentos em rede apresentados no início desta seção parece grande, o que reforça a hipótese levantada acima

³Para uma análise mais detalhada de um movimento francês contemporâneo que segue exatamente estes princípios de organização social, cf. (BÁDUE, 2012)



que existe uma diferença considerável, e que não pode ser ignorada, entre os estudos e as mobilizações brasileiras e europeias e norte-americanas.

Essas correntes não esgotam, entretanto, a produção brasileira acerca da mobilização social. Podemos fazer um recorte temático nos movimentos ambientalistas, por duas razões. A primeira é que, na Europa, a questão ambiental tornou-se central para a reconfiguração das mobilizações herdeiras do movimento anti-globalização (BÁDUE, 2012), portanto, é interessante verificar como no Brasil esse tema está relacionado com as formas de atuação política. A segunda razão é que a apesar de ser um tema que poderia apontar para convergências, explicita ainda mais a distância entre a produção militante e intelectual brasileira e internacional.

Aqui, a bibliografia mais comum sobre a relação entre política e meio ambiente é aquela que se debruça sobre os chamados conflitos ambientais (LOPES, 2004), sobre as relações de força envolvidas em questões de desigualdade no acesso aos recursos territoriais e de desproporcionalidade dos riscos e das cargas de poluição industrial no Brasil. Poucos são os estudos voltados para mobilizações de classe média e parece haver um abismo entre os dois tipos de fenômeno social, tanto no campo da teoria⁴ quanto na prática militante⁵. Há variações temáticas entre as abordagens dos conflitos ambientais. Algumas mostram o quanto as populações são afetadas; outras discutem mobilização social dos atingidos; outras ainda analisam e exploram os conflitos entre as partes envolvidas. Há também variações teóricas que mobilizam instrumentos analíticos distintos para dar conta dessas questões. Embora existam inúmeras que poderíamos levantar, fiquemos com aquelas que predominam atualmente e que são geralmente mencionadas por revisões bibliográficas (ALONSO; COSTA, 2002). Em primeiro lugar está a orientação habermasiana, cujo principal expoente é Eduardo Viola. Nesta linha, os movimentos ambientalistas brasileiro e global são pensados em termos de atores e setores⁶ – ou seja, a chamada tese da multissetorialização:

⁴É possível que os poucos estudos sobre mobilizações sociais desse tipo sejam decorrentes da proximidade (ou falta de estranhamento) entre pesquisadores e movimentos. Na cidade de São Paulo, por exemplo, os grupos de ciclo-ativistas, de defesa de animais, de ecologistas são povoados por estudantes e jovens pesquisadores universitários, de modo que esses movimentos são usualmente relacionados a posições políticas e não a temas de pesquisa, embora haja exceções.

⁵No caso dos ciclo-ativistas paulistanos isso é bem evidente. Embora um “bicicletada” seja um evento sem identidade, não há uma grande diversidade de militantes. Também não há esforços para que as “bicicletadas” circulem por bairros periféricos da cidade, não são levantadas questões urbanísticas gerais e os ciclo-ativistas são, em sua maioria, jovens brancos, de classe média e média alta que vivem no centro expandido da cidade.



Todos os atores e processos (...) constituem o movimento ambientalista global, cujos valores e propostas vão se disseminando pelas estruturas governamentais, as organizações não governamentais, os grupos comunitários de base, a comunidade científica e o empresariado. O ambientalismo, surgido como um movimento reduzido de pessoas, grupos e associações preocupados com o meio ambiente, transforma-se num intenso movimento multissetorial.

(VIOLA, 1996, p. 28)

Tudo se passa como se houvesse um consenso ou um caminho inevitável para o consenso. Políticas de diversas ordens são implementadas, organismos internacionais são criados e a sociedade civil se organiza em associações de vários tipos, expressando uma comunhão entre as partes, em torno de uma preocupação comum: o meio ambiente. Assim, as negociações sobre o meio ambiente aparecem como um grande ganho para a sociedade, pois é através das questões ambientais que se produzem sociabilidade e integração entre grupos de interesses distintos e até mesmo opostos em outras esferas.

Há duas respostas à abordagem habermasiana dos conflitos socio-ambientais. Por um lado, as críticas ao modelo de desenvolvimento, progresso e crescimento no Brasil, que veem nos conflitos ambientais expressões de antigas contradições do capitalismo ou da sociedade industrial (cf. DUPAS, 2008; LOWY, 2005). É comum que encontremos, nessa linha, críticas a noções como "crescimento verde", "desenvolvimento sustentável" e greenwashing.

Por outro lado, há uma abordagem antropológica dos conflitos ambientais que considera o conflito como positivo, no sentido de produtor de relações e, portanto, fundamental para compreender os movimentos ambientais (cf. ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). Essa perspectiva compartilha algumas referências com pesquisas antropológicas sobre outros temas relacionados a conflitos, como a literatura sobre brigas de família. Aqui o conflito não é nem uma perversão da sociedade, nem anterior a ela. "A sociedade não está para além ou aquém do conflito, mas o conflito é inerente ao campo social, um de seus elementos formadores essenciais" (MARQUES; COMEFORD; CHAVES, 2007, p. 34). Assim como a abordagem habermasiana, esses autores discutem a questão do conflito a partir da consideração de múltiplos atores e múltiplas vozes, mas a diferença é que aqui o conflito é

⁶São eles associações e grupos comunitários ambientalistas; agências estatais e de meio ambiente; organizações não governamentais cujos objetivos não são estritamente ambientalistas, mas incorporam a proteção ecológica como uma dimensão relevante de sua atuação; grupos científicos dedicados à problemática ambiental; certo setor do empresariado que orienta o processo produtivo por alguns critérios de sustentabilidade; políticos profissionais e partidos políticos; ambientalismo religioso; educação ambiental (jornalistas, educadores e artistas voltados para conscientização ambiental) (TAVOLARO, 2001).



como um instrumento metodológico que parte do princípio que a realidade social é múltipla⁷; já as teses da multissetorialização buscam (normativamente) o que unifica ou reconcilia as multiplicidades.

A literatura brasileira aqui apresentada, portanto, não se relaciona imediatamente com os movimentos em rede, embora seja possível buscar pontos de convergência. Se no Brasil os conflitos ambientais estão relacionados a desigualdades sociais, na Europa, a questão ambiental vem, desde os anos 1960 sendo colocada como um problema que ultrapassa a questão de classes.

3. Militância, profissionalização e fluxos

Vemos, portanto, que há uma diferença considerável entre os movimentos com contornos e objetivos bem definidos (bem como as abordagens teóricas que os acompanham) e aqueles que, respondendo às novas configurações da sociedade contemporânea, defendem novas maneiras de articular militantes e reorientar a prática política. Como foi sugerido no início deste texto, há quem defenda uma renovação da nomenclatura dessas mobilizações, chegando a abrir mão da noção de movimento social.

Um dos recursos teórico-metodológicos que vem sendo utilizado para compreender tais mobilizações é o que se convencionou chamar de sociologia do engajamento militante. Como veremos a seguir, trata-se de uma estratégia que, diante da reconfiguração de certos setores da mobilização social, busca compreender as ações coletivas que escapam a formulações teóricas totalizantes.

Reforçando o argumento já apresentado de que a reformulação teórica corresponde ao objeto estudado, Sawicki e Siméant (2011, p. 201) explicam que o foco na militância não se aplica a qualquer tipo de mobilização. Primeiramente, atenção maior foi dada aos “movimentos de defesa dos 'sem', o 'altermundialismo', as associações de proteção ao meio ambiente, ou as associações que atuam no setor humanitário em sentido amplo”. Em segundo lugar, essa abordagem se aplica a movimentos cujas causas são descentralizadas e globais, por oposição àqueles que são espacial e tematicamente circunscritas.

⁷“O conflito é uma categoria analítica que visa recobrir, sem pretensão de substituir, o campo semântico de categorias nativas e, portanto, apresenta-se simultaneamente como instrumento heurístico e como conceito com estatuto próprio” (MARQUES; COMEFORD; CHAVES, 2007, p. 30).



O recorte da militância é também um recorte da trajetória de vida das pessoas engajadas com movimentos sociais e políticos. Como afirmam os autores, essa abordagem joga luz sobre dois elementos que eram desconsiderados pelas análises prévias, as quais privilegiava o sentido da ação: os atores e a interação entre eles.

De inspiração bourdieusiana, a sociologia do engajamento militante busca articular o individual e o coletivo, e para isso confere centralidade aos atores e suas trajetórias. As interações aparecem como meio pelo qual os indivíduos tomam contato com o universo das mobilizações e aprendem como entrar e permanecer nele: “Atentas às interações entre o indivíduo, seu meio de vida (ou seja, suas redes pertinentes) e o contexto sociopolítico, as pesquisas recentes souberam deixar de lado a ontologia própria aos modelos utilitaristas e a certas formas de individualismo metodológico”(SAWICKI; SIMÉANT, 2011, p. 222). Por outro lado, não se pode deixar de lado os constrangimentos sociais que operam sobre as interações individuais, lembram os autores.

Silvie Ollitrault faz uma pesquisa sobre a profissionalização do engajamento de ecologistas franceses e percebe que houve uma remodelagem da militância, suscitada por uma revisão dos sentidos da ação política e de como se concebe a forma de atuação. Uma vez que a vida individual entrou para o centro das preocupações políticas (padrões e hábitos de consumo, estilos de vida, sexualidade), cada indivíduo deveria atuar politicamente em todas as áreas de sua vida, inclusive transformando suas preocupações em seu objeto de trabalho formal.

A conclusão da autora ao se deparar com diversos perfis de militantes, é que o engajamento em questões ecológicas na França, requer que o indivíduo seja socializado em um ambiente universitário: que detenha conhecimentos científicos, políticos e ambientais. Em outras palavras, ao observar as novas formas de militância (aquelas que usam a profissão como estratégia de atuação), a autora defende que o campo político também tem seus critérios de seleção.

Ollitrault explica que a militância rentabiliza um capital já acumulado na medida em que o engajamento confere ao capital existente um capital simbólico adicional. Mais precisamente, a autora defende que a militância agora precisa ser mediada: não é qualquer pessoa que será considerada uma militante exemplar, que seria a dedicação integral à causa



defendida⁸. O indivíduo precisa ter um capital prévio, qual seja o do ensino superior, para conseguir fazer de sua vida pessoal o locus da ação política⁹.

Apesar de Sawicki e Siméant defenderem que essa abordagem poderia (e deveria) ser utilizada para pensar qualquer forma de militância por enfatizar as trajetórias, o que chamamos a atenção neste trabalho é que o foco na trajetória e na circulação de pessoas é bastante afeito à própria estratégia contemporânea de organização de movimentos em rede, pois, se estes abrem mão de noções de totalidade e de conjunto de reivindicações bem estabelecidos, é o fluxo dos militantes que garantiria a dimensão global das lutas. Em outras palavras, as redes são como um conjunto de pequenos coletivos esparsos, com objetivos distintos, e a conexão entre eles se dá por meio dos próprios militantes que frequentam-nos e levam demandas e questões de um para o outros.

O trânsito de militantes parece ter se tornado essencial, seja do ponto de vista da própria concepção e organização dos movimentos contemporâneos, seja da perspectiva analítica, uma vez que, como já foi apresentado, a noção de movimento como totalidade deixa de ter sentido nos circuitos aqui estudados.

As noções de trânsito e fluxo são importantes porque garantem a manutenção de uma rede relativamente extensa, o que, por sua vez, garantiria do ponto de vista dos ativistas, a relevância de sua atuação política e até mesmo a possibilidade de transformação social. Ao estudar o movimento francês anti-publicidade, Dubuisson-Quellier e Barrier (2007) defendem que os fluxos de militantes, repertórios de ação, ideias e práticas fazem a passagem do gesto individual para a ação coletiva.

Note-se que o uso do conceito de repertório, cunhado por Charles Tilly, é utilizado sob a ótica do fluxo, ou seja, ele não pode mais ser usado como era anteriormente, como um corpo de práticas compartilhadas, e sim como um termo que anuncia as trocas e o trânsito de práticas, conceitos e ideias, e este movimento seria ainda mais importante do que os próprios elementos que transitam.

⁸Foi produzido um livro na França sobre profissões militantes, com a finalidade de apresentar alternativas ao trabalho não politizado, que se esgotou poucos meses depois de sua publicação (cf. ALTER INITIATIVES!, 2009). Isso revela que a preocupação em levar o engajamento para todas as esferas da vida pessoal anda junto com a própria reformulação dos movimentos, agora em rede.

⁹Essa mesma teoria é defendida por autores preocupados com temas distintos que a militância em si. Uma pesquisa sobre as revistas acadêmicas voltadas para questões ecológicas, conclui que o campo político é uma nova forma de legitimar a ciência (SZCZPANSKI-HUILLERY; SIMON-EKOVICH, 2005).



O trabalho de Silvie Ollitrault sobre o uso da Internet pelos movimentos sociais nos mostra que a noção de repertório como mecanismo de trocas. O uso de meios de comunicação pelas mobilizações e, mais ainda, a especialização de setores dos movimentos em contatar a mídia, revela, segundo a autora, de que maneira se reconfiguram os movimentos sociais. Como já foi apontado, a questão da globalização é central para esses movimentos em rede, e a maneira de recuperar uma totalidade entre os movimentos fragmentados se dá por meio do uso dos recursos de comunicação rápida. Como escreve a pesquisadora:

A verdadeira mudança não está no uso da mídia. [...] Mais ainda, a mudança consiste na estratégia deliberada de ultrapassar as fronteiras nacionais, de construção de uma rede mundial de grupos de militantes, de desenvolver um discurso planetário.

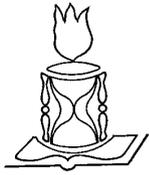
(OLLITRAULT, 1999)

Considerações finais

Foi visto neste *paper* como as mobilizações sociais se reconfiguraram no final da década de 1990 sob o vocabulário da atuação global, em rede, descentralizadamente e sem hierarquias. No campo das ciências sociais, diversas foram as tentativas de apreender esses novos fenômenos, mas o que chamamos a atenção aqui é que não se trata de uma relação de causa e efeito, ou de precedência das mobilizações com relação à produção teórica.

A literatura sobre teoria social renovou-se paralelamente à transformação dos movimentos. Movimentos recorreram a novas formas de conceber o social – frases de Deleuze e Guattari podem ser encontradas em manifestações anti-publicidade na França, por exemplo – e novas teorias que concebem o social se baseiam nas formas rizomáticas de atuação dos movimentos (PIGNARRE; STENGERS, 2007). Um exemplo dessa relação de mão dupla que se estabelece entre teoria e práticas sociais é o texto já citado de Hardt e Negri (2011) sobre os movimentos de ocupação de praças em países de capitalismo avançado, no qual as teorias dos autores seriam confirmadas pela prática de luta e resistência, bem como estas teriam orientado a formulação da hipótese que vivemos sob as redes de um Império (HARDT; NEGRI, 2005, 2006).

Mais do que esgotar todas as correntes que versam sobre mobilizações sociais contemporâneas, este texto procurou, então, apresentar algumas possibilidades de leitura de supostas novas formas de organização social, problematizando, ainda a distância que existe entre a lite-



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH
Departamento de Sociologia
Laboratório Didático - USP ensina Sociologia

ratura que se depara com estas novas formas e com aquela que analisa movimentos brasileiros que enfrentam direta ou indiretamente a questão de classes e de desigualdade.



Referências Bibliográficas

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, v. 76: 49-86, 2009, 2009.

ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Revista Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, 2012.

ALONSO, A.; COSTA, V. Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um Balanço Bibliográfico. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 53, 2002.

ALTER INITIATIVES ! **Travailler dans un milieu alternatif, possible ?** Disponível em: <<http://alterinitiatives.over-blog.com/article-36711930.html>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

BÁDUE, A. F. P. L. **A nebulosa do decrescimento: um estudo sobre as contradições das novas formas de fazer política**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

Des voix critiques s'élèvent en Espagne sur le Mouvement Démocracia Ya Real. Rebellyon, 26 maio. 2011. Disponível em: <<http://rebellyon.info/Des-voix-critiques-s-elevent-en.html>>. Acesso em: 26 maio. 2011

DI GIOVANNI, J. R. **Seattle, Praga, Gênova: política anti-globalização pela experiência da ação de rua**. Dissertação de mestrado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

DUBUISSON-QUELLIER, S.; BARRIER, J. Protester contre le marché: du geste individuel à l'action collective. Le cas du mouvement anti-publicitaire. **Revue Française de Science Politique**, v. 57, n. 2, 2007.

DUPAS, G. (ED.). **Meio ambiente e crescimento econômico : tensões estruturais**. São Paulo: Editora UNESP : IEEI-Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais, 2008.

GOHN, M. DA G. M. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. [s.l.] Edicoes Loyola, 1997.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão - Guerra e democracia na era do Império**. São Paulo: Editora Record, 2005.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. São Paulo: Editora Record, 2006.

HARDT, M.; NEGRI, A. **The Fight for “Real Democracy” at the Heart of Occupy Wall Street**. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/136399/michael-hardt-and-antonio-negri/the-fight-for-real-democracy-at-the-heart-of-occupy-wall-street>>. Acesso em: 28 abr. 2013.

HARVEY, D.; ZIZEK, S.; ALI, T. (EDS.). **Occupy - movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.



LATOUCHE, S. **Le développement n'est pas un remède, c'est le problème** Actes du colloque. **Anais...** In: DÉFAIRE LE DEVELOPPEMENT, REFAIRE LE MONDE. Paris: Le Monde Diplomatique; Unesco; Most; La Ligne d'Horizon, 2002

LAVALLE, A.; HOUTZAGER, P.; CASTELLO, G. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Lua Nova**, v. 67, 2006.

LOPES, J. S. L. (ED.). **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de: Relume-Dumará, 2004.

LOWY, M. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

LÜCHMANN, L. H. H. Participação e representação nos conselhos gestores e no orçamento participativo. **Caderno CRH**, v. 21, n. 52, p. 87–97, 2008.

MARQUES, A. C.; COMEFORD, J. C.; CHAVES, C. Traições, intrigas, fofocas, vinganças: notas para uma abordagem etnográfica do conflito. In: MARQUES, A. C. (Ed.). **Conflitos, política e relações pessoais**. Campinas: Pontes, 2007.

OLLITRAULT, S. De la caméra à la pétition-web : le répertoire médiatique des écologistes. **Réseaux**, v. 17, n. 98, p. 153–185, 1999.

PIGNARRE, P.; STENGERS, I. **La sorcellerie capitaliste**. Paris: La Découverte, 2007.

RIBEIRO, S. A. **O perfil da classe média do movimento altermundialista : o caso ATTAC**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2011.

SAWICKI, F.; SIMÉANT, J. Inventário da sociologia do engajamento militante: Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. **Sociologias**, v. 13, n. 28, dez. 2011.

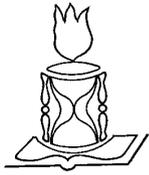
SZCZPANSKI-HUILLERY, M.; SIMON-EKOVICH, F. Mouvement écologiste et revues intellectuelles. In: AGRIKOLIANSKY, É.; SOMMIER, I. (Eds.). **Radiographie du mouvement altermondialiste**. Paris: La Dispute, 2005.

TATAGIBA, L.; PATERNIANI, S. Z.; TRINDADE, T. A. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião Pública**, v. 18, n. 2, p. 399–426, nov. 2012.

TAVOLARO, S. B. DE F. **Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral**. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2001.

TILLY, C. **Social movements, 1768-2004**. Boulder: Paradigm Publishers, 2004.

TOURAINÉ, A. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 17–28, abr. 2006.



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH
Departamento de Sociologia

Laboratório Didático - USP ensina Sociologia

VIOLA, E. A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental do Brasil, 1989-1995. In: FERREIRA, L. DA C.; VIOLA, E. (Eds.). **Incertezas da sustentabilidade na globalização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (EDS.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.